



POLÍCIA PENAL-RS

POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANALISTA DA POLÍCIA PENAL
SERVIÇO SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Gerais Relativos ao Sistema Prisional
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 01/2026

BÔNUS

ÁREA DO **CONCURSEIRO**

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



POLÍCIA PENAL - RS

POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL

Analista da Polícia Penal-
Serviço Social

EDITAL N° 01/2026

CÓD: SL-092MA-26
7908433298540

Língua Portuguesa

1. Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.....	9
2. Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas.....	16
3. Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi	20
4. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch	25
5. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	27
6. Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto Federal nº 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete.....	29
7. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	31
8. Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	35
9. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	37
10. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos	41
11. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	45

Informática

1. Conhecimentos do sistema operacional Microsoft Windows 10: Área de Trabalho (Exibir, Classificar, Atualizar, Resolução da tela, Gadgets) e Menu Iniciar (Documentos, Imagens, Computador, Painel de Controle, Dispositivos e Impressoras, programa Padrão, Ajuda e Suporte, Desligar, Todos os programas, Pesquisar programa e Arquivos e Ponto de Partida): saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, classificar, ver as propriedades, identificar, usar e configurar, utilizando menus rápidos ou suspensos, painéis, listas, caixa de pesquisa, menus, ícones, janelas, teclado e/ou mouse; Propriedades da Barra de Tarefas, do Menu Iniciar e do Gerenciador de Tarefas: saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, identificar, usar, fechar programa e configurar, utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse; Janelas (navegação no Windows e o trabalho com arquivos, pastas e bibliotecas), Painel de Controle e Lixeira: saber exibir, alterar, organizar, identificar, usar e configurar ambientes, componentes da janela, menus, barras de ferramentas e ícones; usar as funcionalidades das janelas, programa e aplicativos utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse; Bibliotecas, Arquivos, Pastas, Ícones e Atalhos: realizar ações e operações sobre bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos: localizar, copiar, mover, criar, criar atalhos, criptografar, ocultar, excluir, recortar, colar, renomear, abrir, abrir com, editar, enviar para, propriedades e etc.; e Nomes válidos: identificar e utilizar nomes válidos para bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos	59
---	----

ÍNDICE

1. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Office 365 - Word: Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões, incluindo número de páginas e palavras, erros de revisão, idioma, modos de exibição do documento e zoom; Documentos: abrir, fechar, criar, excluir, visualizar, formatar, alterar, salvar, configurar documentos, utilizado as barras de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse; Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os botões e ícones das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Referências, Correspondências, Revisão e Exibição, para formatar, personalizar, configurar, alterar e reconhecer a formatação de textos e documentos; e Ajuda: saber usar a Ajuda	80
2. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Office 365 - Excel: Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões; Elementos: definir e identificar célula, planilha e pasta; saber selecionar e reconhecer a seleção de células, planilhas e pastas; Planilhas e Pastas: abrir, fechar, criar, visualizar, formatar, salvar, alterar, excluir, renomear, personalizar, configurar planilhas e pastas, utilizar fórmulas e funções, utilizar as barra de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse; Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os ícones e botões das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Fórmulas, Dados, Revisão e Exibição, para formatar, alterar, selecionar células, configurar, reconhecer a formatação de textos e documentos e reconhecer a seleção de células; Fórmulas: saber o significado e resultado de fórmulas; e Ajuda: saber usar a Ajuda	85
3. Google Chrome versão atualizada: Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Google Chrome	89
4. Mozilla Firefox versão atualizada: Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Mozilla Firefox	94
5. Microsoft Edge: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; identificar e usar as funcionalidades da barra de ferramentas e de status; identificar e usar as funcionalidades dos menus; identificar e usar as funcionalidades das barras de Menus, Favoritos, Botões do Modo de Exibição de Compatibilidade, Barra de Comandos, Barra de Status; e utilizar teclas de atalho para qualquer operação.....	96
6. Microsoft Office 365 Outlook 2016: Contas de e-mail, endereços de e-mail, escrever, enviar, responder e encaminhar mensagens, destinatário oculto, arquivos anexos, organizar e selecionar mensagens recebidas. Importar e exportar mensagens. Funcionalidade dos menus, ferramentas e teclas de atalho.....	98
7. Ferramentas de Inteligência Artificiais generativas	103

Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações	109
2. Proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional. Construção de tabelas-verdade. Tautologias, contradições e contingências. Implicação lógica, equivalência lógica. Leis de De Morgan. Sentenças abertas e operações lógicas sobre sentenças abertas	112
3. Quantificador universal, quantificador existencial, negação de proposições quantificadas.....	118
4. Lógica de argumentação. Argumentos lógicos dedutivos e argumentos categóricos. Argumentação e dedução lógica	120
5. Diagramas lógicos	124
6. Identificação de padrões; seqüências lógicas de números, letras, palavras e figuras.....	127

Conhecimentos Gerais Relativos ao Sistema Prisional

1. Estrutura do Sistema Prisional. Conceito e objetivos do sistema prisional.....	135
2. Tipos de estabelecimentos prisionais: penitenciárias, casas de detenção, centros de recuperação e unidades de internação.....	139

ÍNDICE

1. Classificação de detentos por gravidade do crime e regime de cumprimento de pena: fechado, semiaberto e aberto.....	146
2. Organização administrativa do sistema prisional e papel da Polícia Penal	153
3. Legislação Aplicável Constituição Federal: direitos fundamentais do detento e princípio da dignidade da pessoa humana	157
4. Lei nº 7.210/1984 de Execução Penal: direitos e deveres do detento; classificação e tratamento penitenciário; trabalho e estudo no sistema prisional	162
5. Normas e portarias estaduais do Rio Grande do Sul sobre administração prisional: Lei Complementar nº 16.449/2025 (Estatuto da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul)	182
6. Decreto Estadual nº 57.389/2023 (Regulamenta a remoção dos servidores das carreiras vinculadas ao Instituto-Geral de Perícias, à Polícia Civil e à Polícia Penal)	196
7. Instrução Normativa nº 014/2023 GAB/SUP (Regulamenta o ingresso de visitas e materiais em Estabelecimentos Prisionais do Estado do Rio Grande do Sul)	198
8. Instrução Normativa nº 019/2023 GAB/SUP (Estabelece normas gerais para o pagamento de diárias de viagens e os procedimentos a serem adotados no âmbito da Polícia Penal)	210
9. Instrução Normativa nº 001/2024 GAB/SUP (Institui o regulamento do material Bélico da Polícia Penal).....	211
10. Instrução Normativa nº 001/2025 GAB/SUP (Institui e orienta a realização de “televisitas” no âmbito da Polícia Penal) .	216
11. Instrução Normativa nº 002/2026 GAB/SUP (Estabelece os procedimentos relativos ao inventário, guarda, movimentações e baixa de bens patrimoniais no âmbito da Polícia Penal).....	216

Conhecimentos Específicos Analista da Polícia Penal - Serviço Social

1. A atuação do assistente social no sistema prisional	225
2. O processo de trabalho do Serviço Social no campo sociojurídico: funções, atribuições, estratégias, instrumentalidade, possibilidades e limites	226
3. As abordagens individuais e grupais: fundamentos e instrumentos (estudo social, relatório social, parecer social e laudo social).....	227
4. A perícia social: objetivos, metodologia, laudo e parecer	230
5. Trabalho e Serviço Social: na contemporaneidade, no redimensionamento da profissão, nas mudanças no mercado profissional e nos rumos ético-políticos	233
6. O Serviço Social e a intervenção junto à família em suas diversas dimensões: conceitos, historicidade e configurações contemporâneas; Perspectivas, jurídicas da família; Violência Intrafamiliar	235
7. Mediação e Serviço Social.....	237
8. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.....	240
9. O Projeto ético-político do Serviço Social e as competências profissionais preconizadas pelo Conselho Federal de Serviço Social.....	243
10. Sistema de proteção social e o papel das políticas públicas no âmbito de intervenção e operacionalização do Serviço Social.....	244
11. Aspectos conceituais, organização e operacionalização das políticas sociais públicas (Seguridade Social)	246
12. Sistema Único de Saúde (SUS)	247
13. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	255
14. Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	266
15. Política Nacional de Assistência Social (PNAS).....	268
16. Política Nacional de Saúde.....	273
17. As políticas sociais e legislação voltadas para segmentos específicos - infância e juventude, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, população de rua	274

ÍNDICE

1. A questão social no Brasil; Particularidades da formação histórica brasileira e questão social.....	276
2. Serviço Social e as respostas políticas institucionais à questão social	279
3. Política Nacional de Alternativas Penais	281
4. Política Nacional de Atenção ao Egresso do Sistema Prisional	282
5. A política antimanicomial, impulsionada pela Resolução CNJ n. 487/2023.....	285

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS DE TEXTOS DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS, FATO E OPINIÃO, INTENCIONALIDADE DISCURSIVA, ANÁLISE DE IMPLÍCITOS E SUBENTENDIDOS E DE EFEITOS DE SENTIDO DE ACORDO COM JOSÉ LUIZ FIORIN E FRANCISCO PLATÃO SAVIOLI, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS E RECURSOS DE ARGUMENTAÇÃO DE ACORDO COM ENI ORLANDI, ELISA GUIMARÃES, ENIDA GUIMARÃES E INGEDORE VILLAÇA KOCH

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS

A leitura e interpretação de gêneros textuais distintos são habilidades fundamentais para compreender a multiplicidade de sentidos produzidos em diferentes contextos comunicativos. Segundo Ingedore Villaça Koch, os gêneros textuais são formas de organização discursiva que atendem a propósitos sociais específicos, e sua identificação é essencial para uma interpretação adequada.

► O que são gêneros textuais?

Os gêneros textuais são estruturas textuais reconhecíveis que se desenvolvem e se transformam em resposta às necessidades comunicativas de uma comunidade. Esses gêneros são determinados pelas condições de produção, objetivos comunicativos, público-alvo e contexto histórico-social.

▪ **Exemplos de gêneros textuais:** carta, notícia, reportagem, poema, receita culinária, artigo científico, e-mails, posts em redes sociais, entre outros.

► Características dos gêneros textuais

Cada gênero possui características próprias que orientam a forma como o leitor deve interpretá-lo. Essas características incluem:

Finalidade comunicativa:

▪ A função do gênero textual define seu propósito principal.

Ex.: Uma receita culinária instrui o leitor a preparar um prato; um poema busca despertar emoções.

Estrutura composicional:

▪ Refere-se à organização típica do gênero.

Ex.: Um e-mail apresenta geralmente um cabeçalho (destinatário e remetente), um corpo textual e uma saudação final.

Estilo linguístico:

▪ Depende do nível de formalidade, da escolha lexical e das construções gramaticais.

Ex.: Um contrato apresenta linguagem formal e objetiva, enquanto uma conversa por mensagens utiliza uma linguagem mais informal.

► Estratégias de leitura e interpretação

Para interpretar corretamente textos de gêneros diversos, é necessário adotar algumas estratégias específicas:

Identificar o gênero textual:

▪ Reconheça as marcas distintivas do gênero, como a diagramação (em anúncios), o uso de elementos gráficos (em infográficos) ou a segmentação em tópicos (em manuais de instrução).

Compreender o contexto de produção e recepção:

▪ Analise o momento histórico, os valores culturais e as intenções do emissor para interpretar adequadamente o texto.

Ex.: Um editorial escrito durante uma crise política releve uma perspectiva contextualizada daquela situação.

Reconhecer elementos explícitos e implícitos:

▪ Identifique as informações claramente apresentadas (explícitas) e as que exigem inferências (implícitas), levando em conta o gênero textual.

Ex.: Em um texto publicitário, o apelo ao consumo pode ser indireto, por meio de associações emocionais.

► Exemplos práticos de leitura de gêneros textuais

▪ **Notícia:** Apresenta informações factuais, estrutura-se em título, subtítulo e corpo textual, e segue critérios de objetividade e imparcialidade.

▪ **Artigo de opinião:** Tem como objetivo persuadir o leitor, utilizando argumentos subjetivos e juízos de valor.

▪ **Memes e posts em redes sociais:** Combina elementos verbais e visuais, muitas vezes de forma humorística ou irônica, e depende de um contexto compartilhado para gerar efeito de sentido.

► A importância da leitura crítica

A leitura crítica permite ao leitor não apenas compreender o texto, mas também questionar as intenções do autor e os efeitos de sentido produzidos. Essa habilidade é crucial em um mundo repleto de informações, onde a interpretação inadequada pode levar à disseminação de fake news ou à má compreensão de mensagens.

A leitura e interpretação de gêneros textuais diversos demandam sensibilidade às especificidades de cada gênero, ao contexto em que o texto foi produzido e ao objetivo comunicativo. O domínio dessas habilidades fortalece a capacidade crítica e a competência textual, indispensáveis para a compreensão e produção de textos nos mais variados âmbitos.

FATO E OPINIÃO: DISTINÇÃO E RELEVÂNCIA

A distinção entre fato e opinião é um aspecto essencial da leitura crítica e da análise textual, sendo indispensável para a avaliação de informações e a construção de argumentos sólidos.

Esse tema é amplamente abordado por autores como José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, que destacam a importância de compreender a objetividade dos fatos e a subjetividade das opiniões, especialmente em contextos argumentativos e persuasivos.

► O que é um fato?

Um fato é uma informação objetiva, verificável e que representa um acontecimento ou situação da realidade. Sua principal característica é a possibilidade de comprovação, seja por meio de dados, registros documentais ou evidências concretas.

Ex.: "A Terra orbita ao redor do Sol."

Este enunciado pode ser comprovado por estudos científicos e observações astronômicas.

▪ Marcas linguísticas típicas de um fato:

Uso de verbos no presente do indicativo para expressar constatações ou universalidades.

Ex.: "O Brasil é o maior exportador de café do mundo."

▪ Presença de dados e números.

Ex.: "Em 2023, o PIB global cresceu 2,9%."

► O que é uma opinião?

Uma opinião é uma manifestação subjetiva, baseada em crenças, valores, preferências ou interpretações individuais. Ao contrário do fato, a opinião não pode ser provada ou medida objetivamente, pois reflete um julgamento pessoal.

Ex.: "O café brasileiro é o melhor do mundo."

Este enunciado expressa um juízo de valor, não passível de comprovação universal.

▪ Marcas linguísticas típicas de uma opinião:

Uso de adjetivos qualificativos e advérbios que expressam subjetividade.

Ex.: "Este filme é incrivelmente emocionante."

Presença de verbos de opinião ou crença, como "achar", "acreditar", "considerar".

Ex.: "Eu acho que essa proposta é injusta."

► A relevância da distinção

A distinção entre fato e opinião é vital em diversos contextos, como na interpretação de textos jornalísticos, na análise de discursos argumentativos e no combate à desinformação. Saber diferenciar essas categorias permite:

▪ **Avaliar a credibilidade da informação:** Textos factuais fornecem dados que podem ser verificados, enquanto textos opinativos expressam interpretações ou julgamentos.

▪ **Identificar vieses ideológicos:** Opiniões frequentemente carregam valores e interesses que podem influenciar a interpretação dos fatos.

Ex.: Em um artigo de opinião, o autor pode selecionar fatos que reforcem seu ponto de vista, omitindo outros que o contradigam.

▪ **Desenvolver uma leitura crítica:** Reconhecer quando um texto apresenta fatos ou opiniões evita interpretações equivocadas, especialmente em debates polêmicos ou em textos persuasivos.

► Exemplos práticos de distinção

Notícia jornalística:

▪ **Fato:** "A inflação acumulada em 2024 foi de 4,5%."

▪ **Opinião:** "Esse índice de inflação demonstra uma recuperação lenta da economia."

Discurso publicitário:

▪ **Fato:** "Este carro possui um motor de 200 cavalos."

▪ **Opinião:** "Este é o melhor carro da categoria."

INFORMÁTICA

CONHECIMENTOS DO SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 10: ÁREA DE TRABALHO (EXIBIR, CLASSIFICAR, ATUALIZAR, RESOLUÇÃO DA TELA, GADGETS) E MENU INICIAR (DOCUMENTOS, IMAGENS, COMPUTADOR, PAINEL DE CONTROLE, DISPOSITIVOS E IMPRESSORAS, PROGRAMA PADRÃO, AJUDA E SUPORTE, DESLIGAR, TODOS OS PROGRAMAS, PESQUISAR PROGRAMA E ARQUIVOS E PONTO DE PARTIDA): SABER TRABALHAR, EXIBIR, ALTERAR, ORGANIZAR, CLASSIFICAR, VER AS PROPRIEDADES, IDENTIFICAR, USAR E CONFIGURAR, UTILIZANDO MENUS RÁPIDOS OU SUSPENSOS, PAINÉIS, LISTAS, CAIXA DE PESQUISA, MENUS, ÍCONES, JANELAS, TECLADO E/OU MOUSE; PROPRIEDADES DA BARRA DE TAREFAS, DO MENU INICIAR E DO GERENCIADOR DE TAREFAS: SABER TRABALHAR, EXIBIR, ALTERAR, ORGANIZAR, IDENTIFICAR, USAR, FECHAR PROGRAMA E CONFIGURAR, UTILIZANDO AS PARTES DA JANELA (BOTÕES, PAINÉIS, LISTAS, CAIXA DE PESQUISA, CAIXAS DE MARCAÇÃO, MENUS, ÍCONES E ETC.), TECLADO E/OU MOUSE; JANELAS (NAVEGAÇÃO NO WINDOWS E O TRABALHO COM ARQUIVOS, PASTAS E BIBLIOTECAS), PAINEL DE CONTROLE E LIXEIRA: SABER EXIBIR, ALTERAR, ORGANIZAR, IDENTIFICAR, USAR E CONFIGURAR AMBIENTES, COMPONENTES DA JANELA, MENUS, BARRAS DE FERRAMENTAS E ÍCONES; USAR AS FUNCIONALIDADES DAS JANELAS, PROGRAMA E APLICATIVOS UTILIZANDO AS PARTES DA JANELA (BOTÕES, PAINÉIS, LISTAS, CAIXA DE PESQUISA, CAIXAS DE MARCAÇÃO, MENUS, ÍCONES E ETC.), TECLADO E/OU MOUSE; BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, PASTAS, ÍCONES E ATALHOS: REALIZAR AÇÕES E OPERAÇÕES SOBRE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, PASTAS, ÍCONES E ATALHOS: LOCALIZAR, COPIAR, MOVER, CRIAR, CRIAR ATALHOS, CRIPTOGRAFAR, OCULTAR, EXCLUIR, RECORTAR, COLAR, RENOMEAR, ABRIR, ABRIR COM, EDITAR, ENVIAR PARA, PROPRIEDADES E ETC.; E NOMES VÁLIDOS: IDENTIFICAR E UTILIZAR NOMES VÁLIDOS PARA BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, PASTAS, ÍCONES E ATALHOS

Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

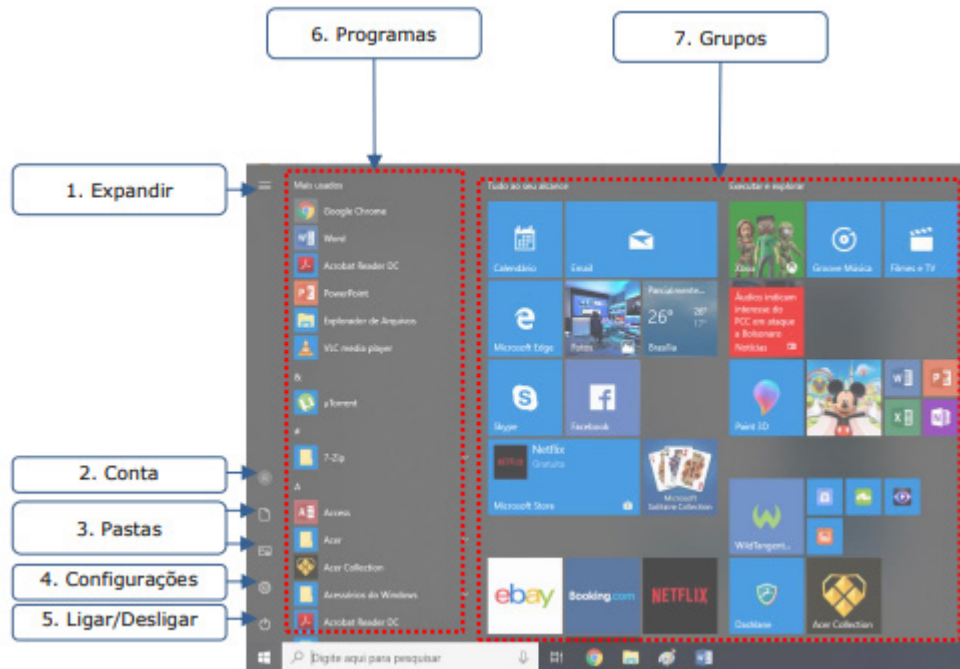
Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

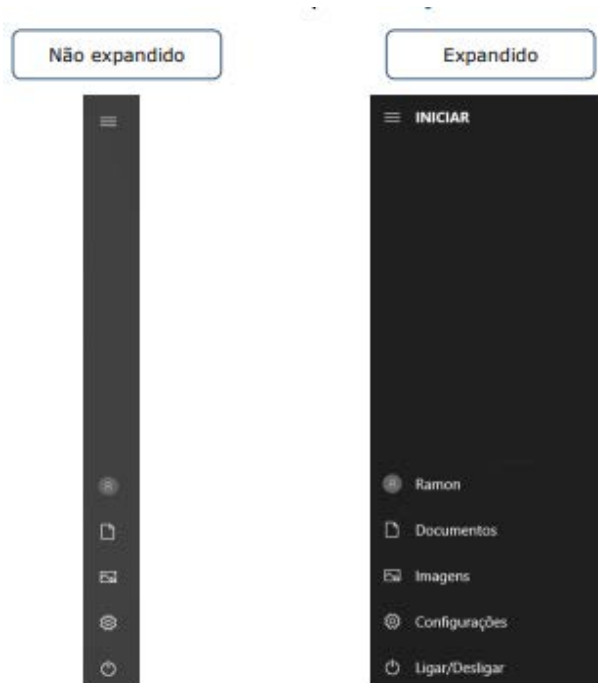
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

RACIOCÍNIO LÓGICO

**ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DE-
DUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELEECER A
ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES**

ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- a) O médico é casado com Maria.
- b) Paulo é advogado.
- c) Patrícia não é casada com Paulo.
- d) Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo** – Construir a tabela dos dados. Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo** – Construir a tabela gabarito. Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		

AMOSTRA

▪ **3º passo** preenchimento de nossa tabela, com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:

O médico é casado com Maria: marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

ATENÇÃO: se o médico é casado com Maria, ele NÃO PODE ser casado com Lúcia e Patrícia, então colocamos “N” no cruzamento de Medicina e elas. E se Maria é casada com o médico, logo ela NÃO PODE ser casada com o engenheiro e nem com o advogado (logo colocamos “N” no cruzamento do nome de Maria com essas profissões).

Paulo é advogado: Vamos preencher as duas tabelas (tabela gabarito e tabela principal) agora.

Patrícia não é casada com Paulo: Vamos preencher com “N” na tabela principal

Carlos não é médico: preenchamos com um “N” na tabela principal a célula comum a Carlos e “médico”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N		N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Notamos aqui que Luís então é o médico, pois foi a célula que ficou em branco. Podemos também completar a tabela gabarito. Novamente observamos uma célula vazia no cruzamento de Carlos com Engenharia. Marcamos um “S” nesta célula. E preenchemos sua tabela gabarito.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos	Engenheiro	
Luís	Médico	
Paulo	Advogado	

CONHECIMENTOS GERAIS RELATIVOS AO SISTEMA PRISIONAL

ESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL. CONCEITO E OBJETIVOS DO SISTEMA PRISIONAL

O sistema prisional pode ser compreendido como o conjunto organizado de instituições, normas, estabelecimentos, agentes públicos, procedimentos e políticas responsáveis pela custódia, vigilância, assistência, disciplina e acompanhamento das pessoas privadas de liberdade. Ele não se limita ao espaço físico da prisão, pois envolve uma estrutura estatal mais ampla, formada por unidades penais, órgãos administrativos, servidores penitenciários, regras de execução penal, mecanismos de controle e programas voltados à reintegração social.

Em sentido jurídico e institucional, o sistema prisional está diretamente relacionado à execução das penas privativas de liberdade e das medidas de custódia determinadas pelo Poder Judiciário. Quando uma pessoa é presa provisoriamente ou condenada definitivamente a cumprir pena em regime fechado, semiaberto ou, em certas situações, submetida a restrições específicas de liberdade, o Estado assume a responsabilidade de custodiar essa pessoa conforme a lei. Essa custódia, contudo, não autoriza tratamento arbitrário, degradante ou desumano. Pelo contrário, a privação de liberdade deve ocorrer dentro de limites legais, respeitando a dignidade da pessoa humana e os direitos que não foram atingidos pela decisão judicial.

Assim, o sistema prisional possui dupla natureza: é, ao mesmo tempo, instrumento de controle estatal e espaço de execução de direitos e deveres. De um lado, serve para garantir o cumprimento de decisões judiciais, preservar a ordem pública e impedir fugas ou novas práticas criminosas durante o período de custódia. De outro, deve oferecer condições mínimas para que a pena seja cumprida de forma legal, organizada e orientada à reinserção social.

► Relação entre sistema prisional, execução penal e segurança pública

O sistema prisional integra o campo da segurança pública, mas possui características próprias. Enquanto as polícias atuam predominantemente na prevenção imediata, investigação e repressão de infrações penais, o sistema prisional atua em etapa posterior ou paralela à persecução penal, especialmente quando há prisão cautelar ou condenação criminal. Sua função é manter sob custódia pessoas privadas de liberdade por ordem judicial, garantindo segurança, disciplina e observância da legislação penal e processual.

A execução penal é o ramo que organiza juridicamente o cumprimento da pena e das medidas impostas ao condenado ou preso provisório. É por meio dela que se definem direitos, deveres, benefícios, sanções disciplinares, regimes de cumprimento de pena, assistência material, saúde, educação, trabalho

e acompanhamento judicial. Desse modo, o sistema prisional é a estrutura material e administrativa que torna possível a execução penal no cotidiano.

Essa relação pode ser entendida de forma mais clara a partir de três dimensões complementares:

- A dimensão judicial envolve as decisões do Poder Judiciário sobre prisão, condenação, progressão de regime, livramento condicional, remição de pena, sanções e benefícios previstos em lei.
- A dimensão administrativa compreende a gestão das unidades prisionais, a atuação dos servidores penitenciários, a organização das rotinas internas, a segurança, a disciplina e a prestação de assistências.
- A dimensão social refere-se à finalidade de preparar a pessoa privada de liberdade para o retorno ao convívio social, reduzindo a reincidência e favorecendo a reconstrução de vínculos familiares, profissionais e comunitários.

Portanto, o sistema prisional não deve ser visto apenas como local de isolamento. Ele é parte de uma engrenagem institucional maior, que envolve Justiça Criminal, segurança pública, políticas sociais e garantia de direitos fundamentais.

► Finalidade institucional do sistema prisional

A finalidade institucional do sistema prisional consiste em executar, de maneira legal e controlada, a privação de liberdade determinada pelo Estado. Essa finalidade envolve proteger a sociedade, assegurar o cumprimento da pena ou da prisão provisória e criar condições para que a pessoa custodiada possa, gradualmente, retornar ao convívio social.

A prisão, em um Estado Democrático de Direito, não pode ser compreendida como vingança estatal. A pena possui caráter sancionatório, pois representa uma resposta jurídica à prática de uma infração penal, mas também deve possuir finalidade preventiva e ressocializadora. Isso significa que o sistema prisional deve buscar impedir a continuidade da prática criminosa durante a custódia, desestimular novas infrações e oferecer oportunidades de mudança de trajetória.

A finalidade institucional do sistema prisional também exige equilíbrio entre segurança e humanidade. A segurança é indispensável para evitar fugas, rebeliões, violência interna, entrada de objetos ilícitos e atuação de organizações criminosas dentro das unidades. Entretanto, a segurança não elimina a obrigação estatal de garantir alimentação, saúde, higiene, integridade física, assistência jurídica, educação, trabalho e respeito à dignidade da pessoa presa. A pessoa privada de liberdade perde, temporariamente, o direito de ir e vir, mas não perde sua condição de sujeito de direitos.

► **Diferença entre prisão, pena, custódia e estabelecimento penal**

Para compreender corretamente a estrutura do sistema prisional, é importante distinguir alguns conceitos próximos, mas não equivalentes. Essa diferenciação evita confusões comuns e permite entender melhor o funcionamento da execução penal.

- Prisão é a restrição ou privação da liberdade de uma pessoa por ordem legal ou judicial, podendo ocorrer antes da condenação definitiva, como nas prisões provisórias, ou após a condenação.
- Pena é a consequência jurídica imposta ao condenado pela prática de uma infração penal, podendo envolver privação de liberdade, restrição de direitos ou pagamento de multa, conforme o caso.
- Custódia é o dever estatal de guardar, vigiar, proteger e controlar a pessoa privada de liberdade, garantindo que ela permaneça à disposição da Justiça e tenha seus direitos preservados.
- Estabelecimento penal é o local físico destinado ao cumprimento da prisão ou da pena, como penitenciárias, presídios, cadeias públicas, colônias penais, casas de albergado e hospitais de custódia, conforme a finalidade prevista.

Esses conceitos se articulam no funcionamento prático do sistema. Uma pessoa pode estar presa provisoriamente sem ainda cumprir pena definitiva; pode estar condenada e, portanto, submetida à execução penal; pode estar sob custódia estatal em determinado estabelecimento penal; e pode cumprir a pena em regime específico, conforme decisão judicial. A compreensão dessas diferenças é essencial para analisar a estrutura prisional com precisão técnica e visão institucional.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA PRISIONAL

► **Órgãos e instituições que compõem o sistema prisional**

A estrutura organizacional do sistema prisional é formada por um conjunto de órgãos, instituições e agentes públicos responsáveis por planejar, administrar, fiscalizar e executar a custódia das pessoas privadas de liberdade. Essa estrutura não funciona de maneira isolada, pois depende da atuação articulada entre Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, conselhos de fiscalização, órgãos de segurança pública e entidades responsáveis por políticas sociais.

No plano administrativo, a gestão cotidiana do sistema prisional costuma ser atribuição do Poder Executivo, especialmente por meio das secretarias estaduais responsáveis pela administração penitenciária, justiça, segurança pública ou áreas equivalentes. Essas secretarias organizam unidades prisionais, definem protocolos de segurança, administram servidores, supervisionam contratos, coordenam escoltas, controlam vagas, promovem políticas de assistência e executam programas de educação, trabalho e saúde no ambiente prisional.

O Poder Judiciário exerce papel essencial na execução penal, pois acompanha a legalidade da prisão, decide sobre benefícios, fiscaliza o cumprimento da pena, analisa pedidos de progressão de regime, livramento condicional, remição e aplicação de sanções disciplinares de maior impacto. O Ministério Público atua na fiscalização da lei e pode requerer providências para correção

de irregularidades. A Defensoria Pública, por sua vez, é indispensável para garantir assistência jurídica às pessoas presas que não possuem advogado constituído.

Além desses órgãos, conselhos penitenciários, conselhos da comunidade, corregedorias, ouvidorias e mecanismos de inspeção contribuem para o controle externo e social do sistema. Essa rede institucional existe porque a prisão concentra grande poder estatal sobre indivíduos em situação de vulnerabilidade, exigindo fiscalização permanente, transparência e respeito aos limites legais.

► **Estabelecimentos penais e suas funções**

Os estabelecimentos penais são os espaços físicos destinados à custódia, ao cumprimento de pena, à internação, ao tratamento ou ao recolhimento de pessoas privadas de liberdade. Cada tipo de estabelecimento deve corresponder à situação jurídica da pessoa presa, ao regime de cumprimento da pena e às necessidades administrativas e legais da execução penal.

A correta organização dos estabelecimentos é fundamental para evitar violações de direitos e problemas de segurança. Quando presos provisórios são mantidos junto de condenados definitivos, quando pessoas de regimes diferentes permanecem no mesmo espaço ou quando presos com perfis incompatíveis são colocados em convivência direta, aumentam os riscos de violência, aliciamento criminal, conflitos internos e agravamento da vulnerabilidade individual.

De modo didático, os principais estabelecimentos penais podem ser compreendidos a partir de suas finalidades específicas:

- A penitenciária destina-se, em regra, ao cumprimento da pena em regime fechado, sendo estruturada para maior controle de circulação, vigilância e segurança interna.
- A colônia agrícola, industrial ou similar relaciona-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto, permitindo maior vinculação com atividades de trabalho, disciplina e preparação gradual para a liberdade.
- A casa do albergado é destinada ao regime aberto e a determinadas penas restritivas, baseada em maior senso de responsabilidade do condenado e menor contenção física.
- A cadeia pública ou estabelecimento equivalente costuma receber presos provisórios, isto é, pessoas ainda não condenadas definitivamente, que permanecem à disposição da Justiça.
- O hospital de custódia e tratamento psiquiátrico atende pessoas submetidas a medida de segurança, especialmente quando há necessidade de tratamento em razão de transtorno mental relacionado à prática do fato penal.

A existência de diferentes tipos de estabelecimentos demonstra que o sistema prisional não deve tratar todas as pessoas presas de forma uniforme. A estrutura deve considerar regime, situação processual, periculosidade, saúde, gênero, idade, vulnerabilidade e demais critérios relevantes para a segurança e para a legalidade da custódia.

► **Classificação das unidades prisionais e separação dos presos**

A classificação das unidades prisionais e a separação adequada das pessoas custodiadas são instrumentos centrais para a organização do sistema. Essa separação não é apenas uma medida administrativa; ela possui fundamento jurídico, humanitário e de segurança. Sua finalidade é impedir que pessoas em situações

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL

FUNDAMENTOS DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL

A atuação do assistente social no sistema prisional está diretamente relacionada à garantia de direitos humanos e sociais. O profissional deve compreender que a prisão não elimina a condição cidadã da pessoa privada de liberdade. Assim, direitos como saúde, assistência social, educação, trabalho, documentação civil, convivência familiar e acesso à justiça permanecem fundamentais.

O assistente social realiza uma leitura crítica da realidade prisional, identificando situações de vulnerabilidade que antecedem, acompanham e permanecem após o encarceramento. Muitas pessoas presas já viviam em contextos de exclusão social antes da prisão, o que exige uma intervenção profissional capaz de ultrapassar explicações simplistas ou moralizantes sobre o crime.

Outro ponto essencial é o compromisso ético-político da profissão. O assistente social não atua como agente de punição, controle moral ou julgamento da conduta do indivíduo. Sua função é analisar demandas sociais, orientar usuários, produzir informações técnicas, defender direitos e contribuir para o acesso a políticas públicas. Isso exige postura crítica, sigilo profissional, escuta qualificada e respeito à singularidade de cada sujeito atendido.

INSTRUMENTOS, PRÁTICAS PROFISSIONAIS E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

No cotidiano prisional, o assistente social utiliza instrumentos técnicos como entrevista social, atendimento individual, atendimento familiar, estudo social, relatório, parecer social, encaminhamentos e articulação com a rede de serviços. Esses instrumentos não devem ser usados de forma mecânica, mas como meios para compreender a realidade do usuário e fundamentar intervenções responsáveis.

A escuta qualificada é uma das principais ferramentas do trabalho profissional. Por meio dela, o assistente social identifica demandas relacionadas à documentação, contato familiar, benefícios sociais, saúde, educação, trabalho, conflitos institucionais e preparação para a saída do sistema prisional. Essa escuta deve ser acolhedora, ética e livre de preconceitos.

A articulação institucional também é indispensável. O profissional pode dialogar com unidades de saúde, assistência social, órgãos de justiça, instituições educacionais, serviços de acolhimento, programas de trabalho e renda, além de familiares e organizações da sociedade civil. Essa rede é importante para garantir continuidade ao atendimento, especialmente nos momentos de progressão de regime, liberdade provisória, livramento condicional ou saída definitiva.

DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

A intervenção do assistente social no sistema prisional enfrenta muitos desafios. Entre eles, destacam-se a superlotação, a precariedade estrutural, a falta de equipes suficientes, a violência institucional, a burocratização do trabalho e a dificuldade de acesso efetivo às políticas públicas. Essas condições podem limitar a atuação profissional e gerar tensão entre as demandas institucionais e os princípios éticos da profissão.

Outro desafio importante é preservar a autonomia profissional. O assistente social deve evitar que seu trabalho seja reduzido à produção de documentos para atender exclusivamente interesses administrativos ou judiciais. Relatórios e pareceres são instrumentos técnicos importantes, mas precisam estar fundamentados em análise social, compromisso ético e responsabilidade profissional.

Apesar dos limites, há possibilidades relevantes de intervenção. O Serviço Social pode contribuir para a reconstrução de vínculos familiares, orientação sobre direitos, acesso a benefícios, encaminhamento à rede pública, fortalecimento da cidadania e preparação para o retorno ao convívio social. A reinserção social não depende apenas da vontade individual da pessoa presa, mas também da existência de políticas públicas capazes de oferecer condições reais de vida fora do cárcere.

O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO: FUNÇÕES, ATRIBUIÇÕES, ESTRATÉGIAS, INSTRUMENTALIDADE, POSSIBILIDADES E LIMITES

O campo sociojurídico é o espaço em que as demandas sociais se relacionam diretamente com instituições jurídicas, como Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, sistema prisional, medidas socioeducativas, Varas da Infância e Juventude, Varas de Família, entre outros órgãos ligados à garantia, regulação ou responsabilização de direitos.

Nesse campo, o Serviço Social atua analisando situações concretas de vida, marcadas por desigualdades sociais, conflitos familiares, violações de direitos, pobreza, violência, abandono, negligência, encarceramento e dificuldade de acesso às políticas públicas. O assistente social contribui para que as decisões institucionais não sejam baseadas apenas em normas legais abstratas, mas também na compreensão da realidade social dos sujeitos envolvidos.

A atuação profissional deve ser crítica, ética e técnica. Isso significa que o assistente social não é mero executor de ordens judiciais ou produtor automático de documentos. Seu trabalho envolve análise social qualificada, defesa de direitos, escuta dos usuários, articulação com a rede de proteção e elaboração de estudos que auxiliem a compreensão das condições sociais presentes em cada caso.

FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO

As funções do assistente social no campo sociojurídico envolvem conhecer, interpretar e intervir em situações sociais que chegam às instituições de justiça. Essas situações geralmente expressam conflitos mais amplos, como desigualdade econômica, fragilidade de vínculos familiares, ausência de moradia, desemprego, violência doméstica, dependência de políticas públicas, abandono institucional e violação de direitos de crianças, adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência e população privada de liberdade.

Entre as atribuições do assistente social estão a realização de entrevistas, visitas domiciliares, estudos sociais, relatórios, pareceres, laudos, encaminhamentos e articulação com serviços públicos. Esses instrumentos auxiliam a instituição a compreender a realidade social dos sujeitos, mas também devem servir à defesa de direitos e ao acesso a políticas sociais.

É importante diferenciar competência profissional de atribuição privativa. As competências dizem respeito ao conjunto mais amplo de capacidades do assistente social, como orientar usuários, planejar ações, articular serviços e desenvolver análises sociais. Já as atribuições privativas são aquelas exclusivas da profissão, especialmente quando envolvem matéria específica do Serviço Social, como estudos, perícias, laudos e pareceres sociais.

No campo sociojurídico, o profissional deve manter compromisso com a dignidade humana, a cidadania, a liberdade, a justiça social e a não discriminação. Sua atuação não pode se limitar ao controle dos indivíduos pobres ou vulneráveis, nem

reforçar práticas moralistas, punitivistas ou culpabilizadoras. O foco deve estar na análise das condições sociais concretas e na defesa do acesso a direitos.

ESTRATÉGIAS, INSTRUMENTALIDADE E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

A instrumentalidade é um elemento central do processo de trabalho do Serviço Social. Ela não se resume ao uso de instrumentos técnicos, como entrevista, relatório ou visita domiciliar. A instrumentalidade envolve a capacidade de articular conhecimento teórico, direção ética, leitura crítica da realidade e ação profissional concreta.

No campo sociojurídico, a entrevista social é uma das principais estratégias utilizadas. Por meio dela, o assistente social busca compreender a trajetória de vida do usuário, suas condições familiares, econômicas, habitacionais, educacionais, laborais e comunitárias. Essa escuta deve ser qualificada, respeitosa e livre de julgamentos morais.

O estudo social permite analisar uma situação de forma mais ampla, considerando tanto os aspectos individuais quanto os fatores sociais que atravessam aquela realidade. A partir dele, podem ser produzidos relatórios, pareceres ou laudos sociais. Esses documentos devem apresentar informações objetivas, análise fundamentada e conclusão técnica coerente, evitando opiniões pessoais, preconceitos ou afirmações sem base profissional.

Outra estratégia importante é a articulação com a rede de proteção social. O assistente social pode encaminhar usuários para serviços de assistência social, saúde, educação, habitação, previdência, proteção à mulher, atendimento psicossocial, acolhimento institucional e programas de geração de renda. Essa articulação é essencial porque muitos conflitos judicializados têm origem na ausência ou insuficiência de políticas públicas.

POSSIBILIDADES E LIMITES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A atuação do Serviço Social no campo sociojurídico apresenta possibilidades importantes, mas também limites concretos. Entre as possibilidades, destaca-se a contribuição para decisões mais justas, contextualizadas e sensíveis à realidade social. O assistente social pode evidenciar situações de violação de direitos, indicar necessidades de proteção, orientar famílias, fortalecer vínculos, promover encaminhamentos e ampliar o acesso dos usuários às políticas públicas.

Entretanto, existem limites institucionais relevantes. Muitas demandas chegam ao campo jurídico porque o Estado falhou anteriormente na garantia de direitos sociais. Esse processo é chamado de judicialização da questão social. Em vez de a população acessar diretamente saúde, moradia, assistência, educação ou proteção, muitas vezes precisa recorrer à justiça para obter aquilo que já deveria ser garantido como direito.

Outro limite é a pressão institucional por respostas rápidas, documentos padronizados e conclusões objetivas sobre situações complexas. O tempo da justiça nem sempre corresponde ao tempo necessário para compreender profundamente uma realidade social. Além disso, o assistente social pode enfrentar excesso de demandas, precarização do trabalho, equipes reduzidas e dificuldade de articulação com uma rede pública insuficiente.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!